

Direitos Ambientais,
Educação Ambiental e
Pacto Intergeracional
desde uma perspectiva
Amazônica

Marcus Vinícius Xavier de Oliveira
Paulo César Gastaldo Claro (orgs.)

Direitos Ambientais, Educação Ambiental e Pacto Intergeracional desde uma perspectiva Amazônica

1ª Edição
São Carlos / SP
Editora De Castro
2024

Copyright © 2024 dos autores.

Editora De Castro

Editor: Carlos Henrique C. Gonçalves

Conselho Editorial:

Prof. Dr Alonso Bezerra de Carvalho

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Prof. Dr Antenor Antonio Gonçalves Filho

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Profª Drª Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Universidade Federal de Goiás – UFG

Profª Drª Camila Mugnai Vieira

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Profª Drª Célia Regina Delácio Fernandes

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Profª Drª Cláudia Starling Bosco

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG / FaE

Prof. Dr Felipe Ferreira Vander Velden

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dr Fernando de Brito Alves

Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira

Universidade Federal do Pará – UFPA

Profª Drª Heloisa Helena Siqueira Correia

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof Dr Hugo Leonardo Pereira Rufino

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba, Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

Profª Drª Jacyene Melo de Oliveira Araujo

Universidade Federal de Rio Grande do Norte - UFRN

Profª Drª Jáima Pinheiro de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais,

Faculdade de Educação – UFMG / FAE

Profª Drª Jucelia Linhares Granemann

Universidade Federal de Mato Grosso do

Sul – Campus de Três Lagoas – UFMS

Profª Drª Layanna Giordana Bernardo Lima

Universidade Federal de Tocantins – UFT

Prof. Dr Lucas Farinelli Pantaleão

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Profª Drª Luciana Salazar Sagado

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar / LABEPPE

Prof. Dr Luis Carlos Paschoarelli

Universidade Estadual Paulista – Unesp / Faec

Profª Drª Luzia Sigoli Fernandes Costa

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Profª Drª Marcia Machado de Lima

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr Marcio Augusto Tamashiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Tocantins – IFTO

Prof. Dr Marcus Vinícius Xavier de Oliveira

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr Mauro Machado Vieira

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr Osvaldo Copertino Duarte

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Profª Drª Zulma Viviana Lenarduzzi

Facultad de Ciencias de la Educación – UNER, Argentina

Projeto gráfico: Carlos Henrique C. Gonçalves

Capa: Carlos Henrique C. Gonçalves

Foto para capa: Marcus Vinícius Xavier de Oliveira.

Preparação e revisão de textos: Editora De Castro

Normalizações (ABNT): autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial

D598 Direitos ambientais, educação ambiental e pacto intergeracional desde uma perspectiva Amazônica [recurso eletrônico] / Marcus Vinícius Xavier de Oliveira e Paulo César Gastaldo Claro. — 1. ed. — São Carlos : De Castro, 2024.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-6036-520-9

1. Direito ambiental – Brasil. 2. Educação ambiental. 3. Proteção ambiental – Brasil. 4. Sociologia ambiental. I. Oliveira, Marcus Vinícius Xavier de. II. Claro, Paulo César Gastaldo.

CDD23: 344.81046

Biblioteca: Priscila Pena Machado – CRB-7/6971

DOI: 10.46383/isbn.978-65-6036-520-9

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Editora De Castro

contato@editoradecastro.com.br

editoradecastro.com.br



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO DIRIGIDA À CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL PARA A AMAZÔNIA

Asa Fujino

Marcos Galindo Lima

Ney de Brito Dantas

Joliza C. Fernandes Marinho 11

CAPÍTULO 2

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR: UM RESGATE NECESSÁRIO

Paulo Cesar Gastaldo Claro

Magda Regina Dias Farias 33

CAPÍTULO 3

IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE A AGENDA DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Layde Lana Borges da Silva

Thaís Bernardes Maganhini

Rosalina Alves Nantes 47

CAPÍTULO 4

A TRAJETÓRIA DO DESMATAMENTO EM MUNICÍPIOS DO SUL DO AMAZONAS

Daniel Alves de Araújo Filho

Matheus Lucas Maciel Leal

Aline Lessa de Souza

Rakcelainy Mendonça Beleza

Viviane Vidal da Silva 67

CAPÍTULO 5

O PAPEL DO PESQUISADOR EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA: ALGUMAS NOTAS REFLEXIVAS

Lucileyde Feitosa Sousa

Domingas Luciene Feitosa Sousa

José Gadelha da Silva Junior 83

CAPÍTULO 6

BANKSY COMO EDUCADOR AMBIENTAL: INTERSECÇÕES ENTRE O DIREITO AO MEIO AMBIENTE, PACTO INTERGERACIONAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Marcus Vinícius Xavier de Oliveira 99

SOBRE OS AUTORES 123

APRESENTAÇÃO

O que unem os temas que são abordados nos trabalhos compilados neste livro?

À primeira vista, em razão da tendência existente no pensamento moderno de compartimentar os diversos ramos do conhecimento em áreas, subáreas e suas especializações, nada. Afinal, dos Direitos Ambientais, que cuide o Direito, da Educação Ambiental, a Ciência da Educação, e, do Pacto Intergeracional, as Ciências Sociais e a Filosofia... ado-ado-ado, cada qual em seu quadrado.

No entanto, caso isso se mostre *démodé*, faça-se um compilatório interdisciplinar, assim caracterizado: cada disciplina se ocupará sempre e tão somente de sua área, paradigmas e bases epistemológicas..., mas, caso seja necessário um reforço epistêmico ou argumentativo para a pesquisa científica, pode-se, ao talante do sujeito, bosquejar as contribuições de outras disciplinas, escolhendo, também ao talante, os elementos que servirão ao desenvolvimento do trabalho. Terminada a busca, satisfeita a necessidade, abandona-se a disciplina do outro campo e retoma-se à própria, idealmente reforçada pelos contributos apreendidos... A isso denominam de interdisciplinaridade.

E transdisciplinaridade, pensaram alguma vez em transdisciplinaridade?

Geralmente não se desenvolvem trabalhos transdisciplinares em razão da exigência por ela imposta, bastante árdua, embora mais adequada para a compreensão da realidade, pois, sendo ela complexa, como complexa é a vida humana em todas as suas manifestações, texto e contexto tomam parte de uma realidade multifatorial em que a autonomia disciplinar-metodológica faz-se em pedaços e assume um *status* análogo a um campo de força, ao redor do qual gravitam todas as formas e modos dispostos pela razão humana para se tentar compreender a realidade vivida, isto é, transita-se, sem mais, e não só interage-se.

Como dito por Vitor Ceí,

Diálogo, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade são palavras muito comuns no vocabulário universitário brasileiro. Todavia, a repetição dos termos, incrustados na memória individual e pública, costuma ser inversamente proporcional ao seu uso nas práticas de ensino, pesquisa, extensão e avaliação. Louva-se a denominação, condena-se a aplicação.

No cotidiano acadêmico, a transdisciplinaridade é desestimulada. O Qualis, sistema brasileiro de avaliação de periódicos,

tem classificações diferentes para cada área do conhecimento; a maioria dos concursos para professores exige títulos de graduação e pós-graduação na mesma área; os processos seletivos, salvo exceções, exigem apenas bibliografia específica da subárea. Em suma, a vida acadêmica prejudica os pesquisadores que transcendem as fronteiras disciplinares.

[...]

A força potencializadora do diálogo, que rejuvenesce questões longamente amadurecidas e nos alimenta com a experiência acumulada, deveria ser a matriz de força do trabalho intelectual (Schwarz, 2006). Todavia, a comunidade universitária brasileira ainda cultiva pouco a prática da discussão e, se alguém [...] tenta sair da caixinha, “seus pares tenderão a encará-lo como alguém que joga areia em olhos até então descansados” (Lima, 1975, p. 5).

O sistema intelectual brasileiro tem sido caracterizado como “rarefeito” (Lima, 1975) e “defasado” (Flusser, 1998). Satirizado por Machado de Assis no conto “Teoria do Medalhão”, o “nosso sestro nacional das citações estrangeiras” (Assis, 2008) promove “pouca estima às especulações intelectuais” (Holanda, 2002), “falta de seriação nas ideias” (Romero, 1969) e “ideias fora do lugar” (Schwarz, 2000), que formam uma colcha de retalhos que interdita o diálogo, por serem inadequados para a compreensão da nossa realidade (De Oliveira, 2022, p. 11 e 13).

Respondendo à pergunta inicial, portanto: o que une os trabalhos e as pessoas que buscaram dialogar, entre si e com o leitor, é a necessidade de se pensar, transdisciplinarmente, diversos problemas concernentes aos Direitos Ambientais e à Educação Ambiental tendo por referência epistêmica o pacto intergeracional, compreendido como a responsabilidade ética, política e jurídica de preservar as condições de vida na Terra (natureza) e o Mundo (cultura) para as gerações futuras.

Assim, se verá como, para Asa Fujino, Ney de Brito Dantas, Marcos Galindo Lima e Joliza C. Fernandes Marinho, se deve pensar uma **Educação dirigida à construção de uma consciência ambiental para a Amazônia**; Paulo Cesar Gastaldo Claro e Magda Regina Dias Farias apresentam um trabalho sobre os **Antecedentes históricos da educação ambiental escolar: um resgate necessário**, no qual eles reconstróem a história da Educação Ambiental desde a ECO-92.

Apesar de parecer que faz um decênio, e não os dois anos próximos passados, pelo menos em sua fase mais crítica e aguda, Layde Lana Borges da Silva, Thaís Bernardes Maganhini e Rosalina Alves Nantes trazem con-

siderações sobre os **Impactos da pandemia sobre a agenda da fiscalização ambiental na Amazônia Ocidental**, enquanto Daniel Alves de Araújo Filho, Matheus Lucas Maciel Leal, Aline Lessa de Souza, Rakcelainy Mendonça Beleza e Viviane Vidal da Silva apresentam, para espanto de todos, **A trajetória do desmatamento em municípios do Sul do Amazonas**.

Lucileyde Feitosa Sousa, Domingas Luciene Feitosa Sousa e José Gadelha da Silva Junior contribuíram com uma reflexão sobre **O papel do pesquisador em comunidades ribeirinhas da Amazônia: algumas notas reflexivas**.

Marcus Vinícius Xavier de Oliveira apresentou um ensaio no qual ele trabalha, desde uma perspectiva transdisciplinar, o direito ao meio ambiente e o pacto intergeracional num diálogo com a *street art*, questionando-se se se pode considerar **Banksy como um educador ambiental**.

Os organizadores, no mesmo passo em que agradecem a todos os autores e a todas as autoras por suas excelentes contribuições, estimam que encontrem nos destinatários finais desta obra – leitores e leitoras – o acolhimento necessário que propicia aquele gesto que tanto falta em tempos de crises climática e política e no âmbito da paz internacional: diálogo prudente para uma vida decente (Santos, 2010).

Quem sabe, com isso, também nos abramos para a mais pura alteridade – reconhecimento da igual dignidade de toda vida, e não somente a vida humana –, como belamente proposto por Thomas Tranströmer em **Cinco Estrofes para Thoreau**:

Outro mais abandonou o pesado
anel da cidade de pedras furiosas. Clara como o sol é a água
que golpeia todas as cabeças
dos verdadeiros refugiados.

No lento remoinho o silêncio subiu
até aqui desde o centro do mundo, a enraizar-se e crescer
e com frondosa copa sombrear a escada do
homem, amornada
pelo sol.

*

Negligentemente, o pé golpeia um cogumelo. A
Nuvem da tormenta
amplia-se junto à borda. Como chifres de cobre
as sinuosas raízes da árvore dão o tom, e as folhas
se dispersam temerosas.

A fuga selvagem do outono é um leve manto
flamejando, até que, outra vez, cheguem os
dias tranquilos
de geada e cinza e banhem
as garras da fonte.

*

Crido por ninguém vai ver um gêiser,
Fugindo da cisterna cega, como Thoreau, e saber
Desaparecer no profundo de seu verde interior,
Astuto e esperançoso.¹

Marcus Vinícius Xavier de Oliveira
Paulo César Gastaldo Claro

Porto Velho, Verão Amazônico de 2023.²

Referência

DE OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier. **Estudos e interlocuções em Direito Internacional, Filosofia Política e Literatura**. São Carlos: De Castro, 2022.

¹ Traduzido por Marcus Vinícius Xavier de Oliveira.

² O verão em que o Rio Madeira, o Amazonas e seus afluentes foram reduzidos a quase nada na pior seca pelas quais passaram.

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO DIRIGIDA À CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL PARA A AMAZÔNIA

Asa Fujino
Marcos Galindo Lima
Ney de Brito Dantas
Joliza C. Fernandes Marinho

O tempo verbal não se assenta com conforto no período: “Nossa maior responsabilidade será ter sido bom ancestral”. A concordância do vernáculo escrito em língua portuguesa não aceita sem estranhamento o tempo verbal no futuro associado à ideia de ancestralidade exigida pela expressão de Salk. Neste caso, contudo, pedimos vênua à norma, que é nossa serva para deixar passar sem embargo o senhor sentido que, neste caso, emprenha o significado da expressão legada por Jonas Edward Salk: “Our greatest responsibility is to be good ancestors”. Salk foi o epidemiologista norte-americano criador da primeira vacina antipólio, que salvou milhões de vidas ao redor do globo. Renunciou os direitos de pecúnia emanantes da Vacina Salk. “Entendo que nossa maior responsabilidade para aqueles que ainda não nasceram é a de ter sido um bom antepassado”, registrou Salk.¹

O aquecimento Global e as consequências que alteram o clima mundialmente produzirão no futuro próximo a maior sequência de catástrofes que a humanidade jamais enfrentou. O aumento na atmosfera de gás carbônico (CO₂) e de outros gases com efeito estufa vai provocar o incremento das temperaturas e a precarização das condições meteorológicas com a ocorrência permanente de eventos extremos. Essas alterações climáticas – mais sig-

¹ Jonas Edward Salk, médico virologista americano, conhecido por sua descoberta e desenvolvimento da primeira vacina segura e eficaz da poliomielite. Citado em “Learning from the Future: Competitive Foresight Scenarios” (1998) por Liam Fahey e Robert M. Randall, p. 332.

nificativas e tangíveis que os pesadelos atômicos – representam uma ameaça existencial à vida tal como a conhecemos. Entre as más expectativas, são previstos eventos de fome generalizada, secas, doenças e desaparecimento de espécies. Para além desses efeitos, ainda são esperados conflitos inevitáveis que historicamente ocorrem perante a escassez de recursos.

Na condição de principais responsáveis pela família, frequentemente refletimos sobre nosso papel para a conservação de um patrimônio que tomamos por empréstimo de nossos filhos e netos. No entanto, para termos sido um bom antepassado no futuro, temos no presente que nos desafiar a pensar a um prazo muito mais longo do que uma ou duas gerações.

Não somos enquanto indivíduos responsáveis pelo problema, mas somos sócios solidários da grande tribulação que se aproxima. Não obstante sermos apenas um dos elos de uma complexa cadeia, acatamos seus resultados toda vez que silenciemos sobre as denúncias e avisos que alarmam os viventes do século. Como revela em sua lírica o poeta Milton Nascimento: “Quem cala sobre teu corpo consente na tua morte”.² Todavia, “Quem grita vive contigo” na esperança de justiça social e futuro.

A teoria complexa admite que tudo está conectado entre si, que o “homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo”.³ Essa circunstância implica em compreender a responsabilidade inerente a nossos atos diários semelhante àquela descrita na alegoria do “efeito borboleta”,⁴ comumente descrita como o fenômeno da sensibilidade em relação a pequenas perturbações nas condições iniciais, segundo a qual até o menor dos atos pode desencadear uma sequência de fenômenos que provocarão efeitos secundários imprevisíveis.

Conceitos de Educação Ambiental e Sustentabilidade

Educação dirigida à construção de uma consciência ambiental

A Educação Ambiental pode ser enunciada como aquele processo de formação educativa em temáticas de cunho ambiental. Tal formação

2 **Menino.** Composição de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos.

3 Conforme registra uma carta atribuída ao chefe Seattle, da tribo Duwamish, enviada ao presidente dos Estados Unidos, Franklin Pierce, em 1855: “O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. Há uma ligação em tudo.” Uma versão do discurso acima foi publicada no “The Irish Times” em 4 de junho de 1976. Outra corrente, todavia, acredita que o discurso foi supostamente escrito por um roteirista de Hollywood na década de 1970 para o filme “Home - Quatro vagões para oeste”. Pensa-se que o roteiro foi baseado na declaração original do chefe Seattle, em 1854. Há, contudo, controvérsias sobre a origem do discurso. Outras informações foram publicadas na WEB pelo bibliotecário estadual da Biblioteca Estadual de Washington. Disponível em: <http://www.csun.edu/~vcpsy00h/seattle.htm>

4 A expressão “Efeito Borboleta” é utilizada na Teoria do Caos em alusão a uma das características mais marcantes dos sistemas caóticos: a sensibilidade nas condições iniciais. Tal fenômeno foi detectado e descrito pela primeira vez pelo meteorologista estadunidense, Edward Lorenz, quando trabalhava em um sistema de equações diferenciais com o objetivo de modelar a evolução do tempo (clima).

é declaradamente dirigida à conscientização da sociedade em conteúdos como respeito, conservação, preservação. E como processo educativo produz seus efeitos na promoção de mudança de atitudes e comportamento das pessoas e organizações, de forma que elas se tornem mais cientes e responsáveis em relação ao meio ambiente.

Ela é uma ferramenta de primeira linha na promoção da sustentabilidade e pode ajudar a construir uma sociedade mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e para a melhoria da qualidade de vida. Pode ser empreendida por agentes de diversos matizes, a saber: escolas, universidades, organizações não-governamentais, empresas e comunidades, e pode ser abordada de diferentes maneiras, utilizando uma variedade de métodos e técnicas. E também tem por meta a promoção do conhecimento sobre o meio ambiente, o desenvolvimento de uma consciência e atitudes e valores positivos em relação ao meio ambiente e a promoção da participação da sociedade na gestão ambiental.

A Educação Ambiental deve, portanto, ajudar as pessoas a entender o funcionamento do meio ambiente, seus recursos e seus problemas; a desenvolver o senso de responsabilidade, a valorização da conservação do meio ambiente e apontar caminhos para que o cidadão se sinta convidado a se envolver na defesa e na preservação do meio ambiente.

A revisão sistemática da literatura demonstra que os autores que exploram a temática da Educação Ambiental no Brasil ainda são poucos, não obstante se disponha de um bem servido plantel literário advindo dos fóruns acadêmicos que contribuem para o desenvolvimento teórico e prático do campo.⁵ A Educação Ambiental é um campo em ebulição de elevada dinâmica e vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento teórico e prático da área, como para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente.

5 Um dos principais teóricos da Educação Ambiental no Brasil, Philippe Pomier Layrargues, pesquisador atuante na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua produção aborda a Educação Ambiental crítica, busca promover uma mudança radical na sociedade a partir da conscientização sobre os problemas ambientais. Isabel Cristina de Moura Carvalho, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a seu turno aborda a Educação Ambiental como um processo de transformação social, que busca promover a justiça ambiental.

Carlos Frederico Bernardo Loureiro, professor da UFRJ, é também um dos principais estudiosos da Educação Ambiental na América Latina e a aborda como um processo de aprendizagem social, que busca promover a participação da sociedade na gestão ambiental.

Arlindo Philippi Jr., professor da Universidade de São Paulo (USP), é um dos principais especialistas em **Educação Ambiental no Brasil**. Seus trabalhos abordam a Educação Ambiental como um processo de educação para a sustentabilidade.

Alexandre Pedrini, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é um dos principais pesquisadores da área no Brasil. Seus trabalhos abordam a Educação Ambiental como um processo de formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente.

Sustentabilidade e Pacto Intergeracional como preceitos da Educação Ambiental

Sustentabilidade é um termo que pode encontrar muitas definições e uma diversidade de campos de aplicação. Ao que nos toca no momento, entendemos sustentabilidade pelo viés do desenvolvimento, contudo, não qualquer desenvolvimento. Nos referimos muito especificamente àquele que gera renda, trabalho e emprego, que atende às demandas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. O conceito é complexo e envolve dimensões como meio ambiente, economia e sociedade.

Outra definição – essa mais reducionista – aborda sustentabilidade como a capacidade social de explorar indefinidamente recursos e oportunidades de modo equilibrado. Nesse sentido, ela é uma condição que sociedades conscientes alcançam com planejamento, esforço e determinação. Esta noção configura-se como um estado ideal em que os recursos naturais são usados de forma responsável e as intervenções humanas causam danos mínimos ao meio ambiente.

Para Boff, a “sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e co-evolução” (Boff, p. 107).

Os princípios fundamentais da sustentabilidade têm raízes antigas, encontradas em várias culturas ao redor do mundo. Por exemplo, a filosofia indígena, em especial a dos povos nativos americanos, enfatiza a harmonia com a natureza e a responsabilidade de proteger a Terra para as gerações futuras. Assim como os princípios budistas, que também incorporam a ideia de cuidar do ambiente.

No entanto, a preocupação moderna com a sustentabilidade ganhou destaque na segunda metade do século XX à medida que o crescimento econômico e industrial começou a causar impactos significativos no meio ambiente e na sociedade. Um dos pontos de partida para estes debates contemporâneos foi o livro, “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, publicado em 1962, que alertou sobre os perigos dos pesticidas e impulsionou o movimento ambientalista, mostrando que as práticas agrícolas e industriais da época, que promoviam o uso indiscriminado de DDT e outros pesticidas, tinham consequências drásticas para a natureza e à saúde humana.

A partir dessas preocupações, a pauta se tornou global, inegável e inadiável, convocando governos, empresas e indivíduos para repensarem suas ações e adotarem medidas para garantir um futuro mais próspero para as gerações futuras.

Essas reflexões modernas acerca do sustentável com consciência é a versão da sustentabilidade como um pacto intergeracional que foi popularizada pela comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, conhecida como comissão Brundtland, em 1987. Em seu relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, a comissão definiu o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (WCED, 1987).

Para atingir este *status* de desenvolvimento sustentável com vistas às futuras gerações, a discussão gira em torno dos pilares conhecidos da sustentabilidade: o ambiental, o econômico, o social, e o cultural.

O pilar **ambiental** da sustentabilidade reconhece a importância da preservação dos ecossistemas, da biodiversidade e da saúde do planeta. Ele visa a redução dos impactos ambientais negativos das atividades humanas, a conservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente com a mitigação das mudanças climáticas. Como Aldo Leopold, ecologista e autor, escreveu em, “Um Almanaque Sand County”: “Um bom sistema de conservação do solo, protegido contra a erosão, pode aumentar a estabilidade do clima tanto quanto qualquer ação do homem” (Leopold, 1949).

No **econômico** a sustentabilidade enfoca a prosperidade financeira e o desenvolvimento econômico sustentável, sem comprometer os recursos naturais finitos ou o meio ambiente, ou seja, sem prejudicar a qualidade de vida das gerações presentes e nem futuras. Ele incentiva práticas econômicas que promovam a eficiência, a equidade e a justiça social. Isso inclui o uso de tecnologias sustentáveis, a promoção da equidade social e o desenvolvimento de novos modelos de negócios sustentáveis. Como afirmou um dos pais da economia moderna, Adam Smith: “A riqueza de uma nação reside nas mãos do povo” (Smith, 1976). Mas como ressaltou Gandhi: “Cada dia a natureza produz o suficiente para nossas necessidades básicas, não para a ganância”.⁶ (Gandhi, 1960, p. 3).

Já em relação ao **social**, a sustentabilidade se concentra na igualdade, no bem-estar humano e na justiça social. Ele visa a criação de sociedades inclusivas e equitativas, em que todos tenham acesso a oportunidades, serviços básicos e qualidade de vida digna. Como Nelson Mandela proclamou: “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo” (Mandela, 2003).

⁶ “Sugiro que somos ladrões de certa forma. Se eu pegar algo que não preciso para meu uso imediato e guardá-lo, eu o roubo de outra pessoa. Através de mim sugiro que é a lei fundamental da Natureza, sem exceção, que a Natureza produza o suficiente para as nossas necessidades, dia após dia, e se cada um tomasse o suficiente para si e nada mais, não haveria pauperismo neste mundo, não morreríamos mais de fome neste mundo. Mas enquanto tivermos esta desigualdade, estaremos roubando” (Gandhi, 1960; p. 3).